



Estratégia
Concursos

5º SIMULADO

TJRJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

5º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-05-04

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**É preciso buscar soluções para suprir escassez de equipamentos**

À medida que a epidemia do novo coronavírus acelera, levando cada vez mais gente às unidades de saúde públicas e privadas, crescem os relatos de profissionais sobre falta de equipamentos de proteção individual, insumos básicos e aparelhos como respiradores, fundamentais nos casos graves da doença, em que os pacientes necessitam ficar internados em UTIs. Como mostrou ontem o “Jornal Nacional”, da Rede Globo, o aumento da demanda e a escalada dos preços têm levado à escassez desses materiais.

Não há que tergiversar sobre o assunto. Equipamentos de proteção, como as máscaras N95, luvas etc. são fundamentais para proteger os profissionais de saúde. É inadmissível que aqueles que estão na *front* contra o novo coronavírus se exponham por falta de insumos. É preciso resolver essa questão, e já. Da mesma forma, é urgente providenciar respiradores, pois eles serão necessários em dezenas de hospitais de campanha que estão sendo montados país afora e em unidades de saúde já existentes que não dispõem desses equipamentos em número suficiente.

Entende-se a dificuldade de adquirir materiais num momento que todo o mundo enfrenta o mesmo problema, e não há estoque para uma demanda planetária. Mas existem saídas. Nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump usou lei dos tempos da Guerra da Coreia para acelerar a conversão industrial — por exemplo, obrigando montadoras a fabricarem respiradores.

No Brasil, há lições. Durante a Segunda Guerra, uma força-tarefa do governo com a indústria paulista garantiu o abastecimento interno de produtos essenciais. O esforço de mobilização sobreviveu ao fim do conflito e, décadas mais tarde, resultaria em empreendimentos importantes, como o polo aeroespacial de São José dos Campos.

Na pandemia, já surgem iniciativas auspiciosas, que precisam ser replicadas. Os laboratórios químicos das Forças Armadas estão ampliando a produção de cloroquina, que vem sendo testada no tratamento da Covid-19 e sumiu das farmácias, o que prejudica pacientes que usam o medicamento para outras doenças, como malária e lúpus.

O Brasil dispõe de universidades e institutos capazes de atuar nesse processo em parceria com as indústrias, visando a aumentar a produção de equipamentos fundamentais no combate ao novo coronavírus. Talvez falte alguém para coordenar a iniciativa, já que o presidente Jair Bolsonaro parece mais interessado em questionar as medidas de contenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por seu próprio ministro, Luiz Henrique Mandetta.

Estamos em meio a uma guerra, contra um inimigo tão minúsculo quanto mortal. Portanto, para combatê-lo, é essencial adotar estratégias de guerra.

<https://oglobo.globo.com/opiniao/e-preciso-buscar-solucoes-para-suprir-escassez-de-equipamentos-24342158>

01. Sobre o texto, julgue as afirmações e marque a alternativa correta:

- I - Além do problema do crescimento acelerado do novo coronavírus, profissionais de saúde precisam lidar também com a falta de equipamentos e utensílios de proteção.
- II - Profissionais de saúde precisam de mínimas condições de trabalho, como insumo e equipamentos.
- III - Para resolver problemas como a falta de insumo, o Brasil teria de fazer como os EUA: obrigar as fábricas a confeccionarem materiais descartáveis.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

02. Sobre o gênero textual em questão, é correto afirmar

- a) Por ser um texto opinativo, o autor tem a finalidade de apresentar determinado tema e seu ponto de vista.
- b) Por ser uma reportagem, o autor se posiciona de maneira objetiva, no intuito de se manter imparcial ao acontecimento.
- c) Por se tratar de um texto descritivo, mantém seu caráter subjetivo com relação a temática apresentada.

d) Por se tratar de uma crônica, apresenta fatos do cotidiano, apresentando problemas reais da nossa sociedade.

e) Por se tratar de um texto narrativo, apresenta fatos do cotidiano, apresentando problemas reais da nossa sociedade.

03. Dos trechos transcritos abaixo, foram destacados alguns conectivos. Aquele em que a definição do valor semântico **não** corresponde ao contexto e à sua classificação é:

a) Entende-se a dificuldade de adquirir materiais num momento que todo o mundo enfrenta o mesmo problema, e não há estoque para uma demanda planetária. **Mas** existem saídas. (3º parágrafo) – adversidade.

b) **Durante** a Segunda Guerra, uma força-tarefa do governo com a indústria paulista garantiu o abastecimento interno de produtos essenciais. (4º parágrafo) – tempo.

c) Talvez falte alguém para coordenar a iniciativa, **já que** o presidente Jair Bolsonaro parece mais interessado em questionar as medidas de contenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ... (6º parágrafo) – concessão.

d) ... **e** por seu próprio ministro, Luiz Henrique Mandetta. (6º parágrafo) – adição.

e) Estamos em meio a uma guerra, contra um inimigo tão minúsculo quanto mortal. **Portanto**, para combatê-lo, é essencial adotar estratégias de guerra. (7º parágrafo) – adversidade.

04. Leia o fragmento abaixo e marque a alternativa correta.

“À medida que a epidemia do novo coronavírus acelera, levando cada vez mais gente às unidades de saúde públicas e privadas, crescem os relatos de profissionais sobre falta de equipamentos de proteção individual, insumos básicos e aparelhos como respiradores, fundamentais nos casos graves da doença, em que os pacientes necessitam ficar internados em UTIs. Como mostrou ontem o “Jornal Nacional”, da Rede Globo, o aumento da demanda e a escalada dos preços têm levado à escassez desses materiais.” (1º parágrafo)

a) O acento indicativo de crase em “À medida que” ocorre pela mesma regra da que ocorre na expressão “à escassez desses materiais”.

b) O acento indicativo de crase em “às unidades de saúde públicas e privadas” ocorre pela mesma regra da que ocorre na expressão “à escassez desses materiais”.

c) A oração “Como mostrou ontem o ‘Jornal Nacional’” apresenta valor comparativo.

d) A preposição “sobre” pode ser substituída pela locução prepositiva a despeito de.

e) O termo “da demanda” ocupa a função de complemento nominal.

05. Em “Na pandemia, já surgem iniciativas auspiciosas, que precisam ser replicadas” (5º parágrafo), a palavra que transmite sentido oposto ao da sublinhada é:

a) promissoras

b) vantajosas

c) favoráveis

d) positivas

e) funestas

06. Há predicado nominal em:

a) “Equipamentos de proteção, como as máscaras N95, luvas etc. são fundamentais para proteger os profissionais de saúde” (2º parágrafo)

b) “Entende-se a dificuldade de adquirir materiais num momento que todo o mundo enfrenta o mesmo problema” (3º parágrafo)

c) “não há estoque para uma demanda planetária.” (3º parágrafo)

d) “No Brasil, há lições.” (4º parágrafo)

e) “Durante a Segunda Guerra, uma força-tarefa do governo com a indústria paulista garantiu o abastecimento interno de produtos essenciais.” (4º parágrafo)

07. Julgue as afirmações do período abaixo e marque a alternativa correta.

“Na pandemia, já surgem iniciativas auspiciosas, que precisam ser replicadas.” (5º parágrafo)

- I – A primeira vírgula pode ser excluída, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.
- II – A exclusão da segunda vírgula muda o sentido da oração que ela inicia.
- III – O verbo “surgem” é transitivo direto e “iniciativas auspiciosas” é o seu complemento verbal.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

08. A palavra “força-tarefa” (último parágrafo) se manteve com hífen, após a Reforma Ortográfica. O mesmo ocorreu com:

- a) geo-política
- b) arco-íris
- c) auto-peça
- d) ponta-pé
- e) agro-indústria

09. Leia o fragmento abaixo:

No Brasil, há lições. (4º parágrafo)

A concordância estaria inteiramente correta se a palavra destacada fosse substituída por:

- a) tem
- b) têm
- c) existem
- d) existe
- e) haviam

10. Leia a frase abaixo, julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

“Entende-se a dificuldade de adquirir materiais num momento que todo o mundo enfrenta o mesmo problema, e não há estoque para uma demanda planetária.” (3º parágrafo)

- I – A oração “de adquirir materiais num momento” completa o sentido do substantivo “dificuldade”.
- II – Deve haver a inserção da preposição “em” diante de “que”, a fim de haver correção gramatical.
- III – O pronome “se” em “Entende-se” é apassivador.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Segundo o texto da LODERJ, os juízes de direito em matéria de acidente de trabalho exercerão a competência deferida no(a) -----, bem como cumprir cartas precatórias pertinentes à sua jurisdição. Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna acima:

- a) lei complementar.
- b) legislação especial.
- c) lei ordinária.
- d) decreto municipal.
- e) resolução.

12. Conforme a LODERJ, em relação ao Auxílio e a Substituição, assinale a alternativa que traz informação incorreta:

- a) Nas Varas em que houver juiz de direito designado, a este caberá o exercício das funções de titular.
- b) Nas Varas em que houver mais de um juiz de direito designado, o exercício provisório da titularidade caberá ao mais antigo dos juízes.
- c) O juiz de direito designado como auxiliar terá as mesmas atribuições jurisdicionais do juiz de direito titular.
- d) Poderá ser atribuído ao juiz de direito auxiliar mais da metade dos feitos distribuídos à serventia judicial.
- e) Na falta de prévia estipulação de critérios, os feitos de numeração ímpar, em cada serventia, caberão ao juiz de direito titular, e os de numeração par, ao juiz de direito auxiliar.

13. Quanto à remuneração, com base na Lei n.º 4.620/2005, é incorreto afirmar que:

- a) O adicional por tempo de serviço é limitado a 50% vencimento e das demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, sendo computado, para fins de sua concessão, o período exercido pelo servidor em cargo e emprego público da Administração Direta e Indireta federal, estaduais e municipais.
- b) Às carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro corresponderão as classes estabelecidas na tabela do Anexo I, designadas como A, B e C, divididas em padrões, sendo A a inicial e C a final.
- c) Os serventuários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro perceberão os valores constantes do Anexo III, integrando sua remuneração, além do vencimento: Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, correspondente a cem por cento sobre o valor do vencimento do cargo, observada dedicação exclusiva que cumpra carga mínima de oito horas diárias e quarenta horas semanais de trabalho, correspondente a cem por cento sobre o valor do vencimento do cargo.

- d) Sobre o vencimento e as demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, incidirá o adicional por tempo de serviço, a que fará jus o servidor a cada três anos de efetivo exercício no serviço público, correspondente a cinco por cento, à exceção do primeiro triênio, que corresponde a 10% de acréscimo.
- e) Ao serventuário, que desempenhar função de Chefe de Serventia de Primeira Instância será atribuída gratificação CAI-6, a que fará jus enquanto permanecer no efetivo desempenho da função, ressalvadas as situações constituídas sob a égide da Lei nº 2400 de 17 de maio de 1995.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

14. Em relação ao inquérito administrativo, de acordo com o Decreto nº 220/1975, é correto afirmar que:

- a) é dispensável no caso de aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- b) o inquérito deverá estar concluído no prazo de noventa dias, contados a partir do dia em que os autos chegarem à comissão, vedada a prorrogação.
- c) em se tratando de abandono de cargo, o inquérito deverá estar concluído no prazo de trinta dias, contados a partir da chegada dos autos à comissão, improrrogáveis.
- d) a não observância dos prazos máximos previstos para conclusão do inquérito administrativo não acarretará nulidade do processo, importando, porém, quando não se tratar de sobrestamento, em responsabilidade administrativa dos membros da comissão.
- e) o prazo para apresentação de defesa, no inquérito, é de quinze dias, e será comum sendo mais de um indiciado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é órgão jurisdicional do Tribunal, exceto

- a) órgão especial
- b) escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro
- c) fundo especial do Tribunal de Justiça
- d) escola de administração judiciária
- e) escola da magistratura

16. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, não é função do Conselho da Magistratura

- a) exercer superior inspeção e manter a disciplina na Magistratura, determinando correições e sindicâncias.
- b) velar pela conduta dos Magistrados, exigindo-lhes a observância das obrigações estabelecidas em lei e dos deveres inerentes ao cargo.
- c) promover as medidas de ordem administrativa necessárias à instalação condigna dos serviços judiciários e seu funcionamento.
- d) determinar, mediante provimento geral ou especial, as medidas necessárias ao funcionamento da Justiça, ao seu prestígio e à disciplina forense.
- e) realizar correição geral, permanente ou periódica, expedindo as instruções necessárias para a execução das atividades do judiciário.

17. Considere os seguintes conflitos de competência

I - Conselho da Magistratura e qualquer Órgão Julgador do Tribunal.

II - Entre Grupos Criminais,

III - Entre as Câmaras Cíveis.

IV - Entre as Câmaras Criminais.

V - Entre Juízos Cíveis e Criminais.

Segundo o Regimento Interno do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Órgão Especial julgar e processar os conflitos de competência elencado em:

- a) Apenas I

b) Apenas I e II

c) Apenas I, II e III

d) Apenas I, II, III e IV

e) Todos os itens

18 Com base na Consolidação Normativa Judicial, as inspeções constituem a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade.

As inspeções serão realizadas

- a) Por determinação do Presidente do Tribunal
- b) Por determinação do Juiz de Direito Dirigente do NUR
- c) Por determinação de Juiz de Direito
- d) Por determinação do Chefe da Serventia
- e) Por determinação dos Servidores

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. Assinale a alternativa que apresenta o crime punido com detenção pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

- a) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.
- b) Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência.
- c) Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres.
- d) Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem.
- e) Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência, se o autor for tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à ética e a moral.

- a) Ética é a parte da filosofia que estuda os fundamentos da moral e os princípios ideais da conduta humana.
- b) Ética e moral são termos que têm raízes históricas semelhantes e são considerados sinônimos, uma vez que ambos se referem a aspectos legais da conduta do cidadão.
- c) Importante característica da moral, o que a torna similar à lei, é o fato de ser absoluta e constituir um padrão para julgamento dos atos.
- d) Apesar de estritamente relacionadas, ética e moral não se confundem. No entanto, os princípios éticos pressupõem determinadas regras morais de comportamento
- e) A ética ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Suponha que o Estado do Pará planeja adquirir um navio, para, posteriormente, instalar leitos de terapia intensiva na embarcação, implantando equipamentos para viabilizar ventilação mecânica aos enfermos (respiradores). O navio, com custo estimado em R\$ 20 milhões, será utilizado no atendimento das populações ribeirinhas.

Nestes termos, a aquisição do navio consiste em hipótese

- a) de inexigibilidade de licitação.
- b) de licitação dispensada.
- c) de licitação dispensável.
- d) em que se exige a adoção da modalidade licitatória concorrência.
- e) em que se exige a adoção da modalidade licitatória pregão.

22. Considerando que, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, foi decretada situação de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro e que boa parte dos recursos financeiros do Estado foram direcionados às ações emergenciais de saúde. Neste contexto, considerando os termos previstos na Lei 8.666/1993 e que algumas empresas contratadas pelo Estado estão sem receber suas remunerações, sabe-se que tais empresas:

- a) estão autorizadas a pleitear a rescisão contratual se o atraso for superior a 90 dias.
- b) estão autorizadas a suspender a execução contratual se o atraso for superior a 120 dias.
- c) estão autorizadas a suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- d) estão autorizadas a pleitear a rescisão contratual se o atraso for superior a 120 dias.
- e) não estão autorizadas a suspender a execução contratual ou a pleitear a rescisão, mesmo se o atraso for superior a 120 dias.

23. O ordenamento jurídico brasileiro esposou a responsabilidade objetiva do Estado, tendo por base a teoria do risco administrativo, de sorte que a ocorrência de ato causador de danos oriundo de conduta estatal gera o dever de indenização, independentemente da comprovação do elemento subjetivo da conduta do agente responsável ou da demonstração de falha no serviço.

Apesar disso, a responsabilidade do Estado pode ser afastada ou mitigada, respectivamente, nas seguintes situações:

- a) culpa de terceiros e força maior.
- b) culpa concorrente e culpa exclusiva da vítima.
- c) força maior e culpa concorrente.
- d) força maior e culpa exclusiva da vítima.
- e) culpa de terceiros e culpa exclusiva da vítima.

24. Imagine que determinada autarquia promoveu concurso público destinado ao provimento de determinado cargo, fazendo constar 1 vaga no edital, além da formação de cadastro reserva. Uma vez homologado o certame, foi obtida a seguinte ordem de classificação: 1º - Huguinho; 2º - Zezinho; 3º - Luizinho. Logo no início da validade do concurso, Huguinho desistiu da nomeação, bem como houve vacância em 1 cargo daquela carreira, decorrente da aposentadoria de Heitor. Nesta situação:

- a) Zezinho e Luizinho possuem direito subjetivo a serem nomeados, podendo manejar mandado de segurança em sua defesa.
- b) Zezinho tem direito subjetivo a ser nomeado, diferentemente de Luizinho, que possui mera expectativa.
- c) Zezinho tem direito subjetivo a ser nomeado durante o primeiro ano de validade do concurso.
- d) Zezinho e Luizinho possuem mera expectativa de direito à nomeação.
- e) Luizinho somente teria direito a ser nomeado, caso fosse compulsória a aposentadoria de Heitor.

25. Determinado município instituiu taxa de prevenção e combate a incêndios a ser cobrada dos munícipes, de acordo com a área dos imóveis constantes dos bancos de dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em razão do exercício do poder de polícia administrativa.

Tomando por base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sabe-se que a referida taxa:

- a) viola a Constituição Federal.
- b) pode ser criada caso exista efetivo aparato fiscalizatório.
- c) somente poderia ser criada para a atividade de prevenção, mas não em relação ao combate a incêndio.
- d) poderia ser criada mediante decreto regulamentar.
- e) poderia ser criada mediante decreto autônomo.

26. Considere as seguintes situações:

- I. revogação de um ato administrativo.
- II. homologação de um procedimento licitatório.
- III. julgamento das contas de um gestor pelo respectivo tribunal de contas.
- IV. investigações conduzidas por uma comissão parlamentar de inquérito.
- V. ação por improbidade administrativa apresentada em face de um gestor público.
- VI. ação popular.
- VII. anulação de um procedimento administrativo em virtude do exercício da autotutela.

São instrumentos do controle administrativo da Administração Pública APENAS aqueles mencionados nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e V.
- c) II e VII.
- d) I, II e VII.
- e) I e IV.

27. No que se refere aos entendimentos doutrinários relacionados aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) são elementos essenciais do ato administrativo as condições, termos e encargos.
- b) o ato administrativo será autoexecutório em casos de urgência ou quando a lei utilizar conceitos jurídicos indeterminados.
- c) em virtude da presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos, o Judiciário não pode apreciar de ofício a validade do ato.
- d) são elementos essenciais do ato administrativo a finalidade, forma, motivo, objeto e condição.
- e) Ato de gestão é aquele praticado pela administração no uso de todas suas prerrogativas, imposto unilateralmente aos administrados.

28. Se ficar comprovada a ocorrência de superfaturamento em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação, pelo dano causado à Fazenda Pública haverá responsabilização:

- a) subsidiária do fornecedor e do agente público responsável.
- b) solidária do fornecedor e do agente público responsável.
- c) subsidiária do agente público responsável e do fornecedor.
- d) solidária do fornecedor e da comissão permanente de licitação.
- e) exclusiva do fornecedor contratado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Mirabette, vereador do município Y, compareceu à delegacia de polícia mais próxima para comunicar as ameaças de morte que vinha recebendo de Paulette, seu desafeto e também membro da Câmara Municipal, dentro e fora da Casa Legislativa. O delegado, diante da plausibilidade do relato, decide iniciar as investigações e, com a concordância de Mirabette, determinar a interceptação das conversas feitas por telefone entre os dois parlamentares, a fim de colher provas concretas para amparar provável indiciamento do investigado. Considerando o contexto anteriormente narrado, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) Paulette é detentor de imunidade parlamentar e, nessa condição, não pode ser preso e nem processado durante a vigência do mandato.
- b) A interceptação dos diálogos telefônicos estabelecidos entre os dois vereadores apenas poderia ser determinada pelo juiz estadual competente.
- c) A imunidade material de que Paulette dispõe impede que ele seja processado por quaisquer atos cometidos no interior da Câmara Municipal.

d) O delegado de polícia poderá determinar a interceptação mencionada, já que se trata de investigação criminal destinada a subsidiar eventual denúncia a ser feita pelo Ministério Público.

e) Paulette é detentor de foro privilegiado, expressamente atribuído pela Constituição Federal, perante o Tribunal de Justiça local, sendo a quebra do referido sigilo passível de ser determinada exclusivamente pela autoridade judicial.

30. Lídia, brasileira naturalizada de 31 anos de idade, é também uma famosa advogada que há dez anos exerce a profissão. Lídia pretende ingressar no serviço público como membro do Poder Judiciário. Conforme as regras contidas na Constituição Federal, pode-se afirmar que ela:

- a) Não poderá ocupar cargos da magistratura, mas poderá, alternativamente, integrar o quadro de servidores desse Poder.
- b) Não poderá, de imediato, tornar-se Ministra do STJ, sendo que jamais deverá ser escolhida como membro do STF.
- c) Caso seja indicada em lista tríplice elaborada pelo órgão de representação da classe à qual pertence, poderá ser escolhida pelo Presidente da República para compor o conjunto de 11 Ministros do STJ escolhidos segundo o procedimento previsto para o Quinto Constitucional.
- d) Apenas poderá ingressar na magistratura caso seja aprovada em concurso público.
- e) Poderá ser escolhida para compor qualquer Tribunal Superior, segundo as regras do Quinto Constitucional e mediante aprovação da maioria absoluta do Senado Federal.

31. Zunira é empregada de instituição financeira instituída pelo Estado Y sob a forma de empresa pública, onde exerce funções relacionadas à limpeza e manutenção nas dependências da entidade. Em certa ocasião, Zunira decide lavar e encerar o piso da área de circulação de clientes, utilizando um produto inadequado às orientações técnicas fornecidas por seu superior hierárquico. Com a superfície escorregadia, Damires, cliente idosa que frequentava o local, acaba caindo e fraturando a coluna. Dias depois, indignada, esta decide procurar seu advogado para tentar obter a reparação do dano sofrido. Com base no que determina a CF/88, pode-se dizer que:

- a) Não incide a responsabilidade civil objetiva para a entidade da administração indireta em questão.
- b) A empresa deverá responder civil e penalmente, na modalidade risco integral.
- c) A empresa não poderá ser responsabilizada, haja vista tratar-se de pessoa jurídica de direito privado.
- d) A empresa deverá responder pelo dano causado a Damires, independentemente de dolo ou culpa por parte de Zunira, contra a qual, no entanto, caberá ação regressiva.
- e) Damires deverá impetrar mandado de segurança contra a ilegalidade cometida por Zunira, no exercício da função pública por ela desempenhada.

32. Marlon é servidor público de autarquia federal e Jackson presta serviços para uma empresa privada, como trabalhador avulso. Pode-se afirmar que a Constituição Federal atribuiu expressamente:

- a) A Marlon e Jackson o direito ao FGTS e o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- b) O direito à jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento para Marlon, apenas.
- c) O direito à proteção em face da automação, para Marlon e Jackson.
- d) O direito à aposentadoria, que aos 75 anos de idade, será obrigatória tanto para Marlon quanto para Jackson.
- e) A possibilidade de fixação de salários por meio de convenção coletiva a Jackson, apenas.

33. O Presidente da República, após juízo de admissibilidade proferido por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, teve a denúncia de cometimento de crime comum, apresentada contra ele, aceita pelo STF, motivo pelo qual ficou determinada a suspensão do exercício de suas funções pelo período de 180 dias. Ao final do julgamento, a Corte decide pela condenação do chefe do Poder Executivo Federal, que, a essa altura, ainda se encontrava no curso do primeiro ano do mandato. Dois meses depois da decisão do Supremo, o Vice-Presidente é acometido por um mal súbito, vindo a falecer. Assinale a alternativa que apresenta uma possível conclusão acerca dos acontecimentos anteriormente descritos:

- a) O Presidente da República não poderia ter sido afastado antes da condenação proferida pelo STF, devendo ter permanecido no exercício de suas funções até a decisão final, quando, então, teria sofrido a perda de seus direitos políticos, de forma definitiva.
- b) Após a admissão da acusação pela Câmara, o Vice-Presidente deveria assumir interinamente o cargo. Com a condenação do titular, o Presidente da Câmara convocaria, então, eleições indiretas para a escolha de um novo representante.
- c) Após admitida a acusação pelo STF, o cargo do titular do Poder Executivo deveria ter sido declarado vago, assumindo o Vice em caráter definitivo e, após sua morte, ocuparia a vaga o Presidente da Câmara.
- d) Durante o período correspondente ao julgamento, o Vice-Presidente deveria assumir interinamente o cargo. Com a condenação do titular, a substituição converter-se-ia em definitiva e, após o falecimento do Vice, novas eleições diretas seriam convocadas para a escolha de um novo representante.
- e) Não cabe à Câmara dos Deputados opinar acerca da responsabilização do Presidente quando se tratar de crime comum, fato que justificaria a anulação do julgamento realizado pelo STF.

34. Analise as seguintes informações:

- (I). Depende da edição de lei complementar federal;
- (II). Poderá ser feita pelos municípios, desde que observada a legislação estadual;
- (III). Depende da edição de lei complementar estadual;
- (IV). Pressupõe a consulta à população interessada, por meio de plebiscito.

Relacionam-se corretamente aos itens mencionados o que se encontra descrito em:

- a) (I) – criação de novos estados e municípios; (IV) - criação de novos estados e municípios.
- b) (II) – criação de distritos; (IV) - criação de aglomerações urbanas.
- c) (III) – criação de novos municípios; (IV) - criação de novos estados e regiões metropolitanas.
- d) (I) – criação de microrregiões; (II) - criação de novos municípios.
- e) (II) – criação de aglomerações urbanas; (III) - criação de novos estados.

35. Suponha que o Presidente da República, diante da existência dos pressupostos de relevância e urgência, decida propor medida provisória e, logo em seguida, submetê-la ao Congresso Nacional, em meio ao recesso parlamentar. De acordo o regramento estabelecido pelo texto Constitucional para o funcionamento do Poder Legislativo, é correto afirmar que:

- a) O Poder Legislativo não pode ser convocado extraordinariamente pelo Presidente da República, uma vez que os únicos autorizados a fazê-lo são os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional.
- b) O Congresso poderá ser convocado, já que se trata de hipótese caracterizadora de relevância e urgência, o que também autoriza que eventuais medidas provisórias já em trâmite sejam incluídas na pauta.

- c) Os parlamentares federais, nessa hipótese, farão jus ao pagamento da indenização em virtude da extraordinária convocação.
- d) O Presidente não poderia ter convocado o Congresso Nacional nessa situação, embora possa vir a fazê-lo em outras hipóteses.
- e) A convocação extraordinária do Congresso Nacional apenas poderia ser feita nas excepcionais hipóteses de guerra declarada, estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal.

36. Foi ajuizada, na justiça federal de primeiro grau, ação civil pública pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tendo como representante legal o Ministério Público Federal, visando à defesa de direitos de populações indígenas de determinada região. O juiz federal, caso decida não conhecer da ação, segundo a Constituição Federal, estará agindo de maneira:

- a) Equivocada, já que a defesa dos direitos das populações indígenas é uma das funções institucionais do Ministério Público.
- b) Correta, haja vista que a justiça federal não é possui competência para o julgamento de ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal.
- c) Equivocada, já que compete ao Ministério Público, em caráter de exclusividade, promover a ação civil pública e a defesa das populações indígenas.
- d) Plausível, levando em conta que a participação do Ministério Público deverá ser feita na qualidade de fiscal da lei, sendo ilegítima sua atuação como parte ou representante judicial.
- e) Razoável, já que o Ministério Público não pode atuar como representante judicial de entidades públicas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. A Constituição Federal e o Código de Processo Civil preveem o Princípio da Motivação das Decisões Judiciais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de anulabilidade.
- b) A falta de fundamentação de um despacho permite a interposição de recurso.
- c) A fundamentação da sentença é um dos seus elementos essenciais e deverá apresentar a análise do juiz sobre as questões de fato e de direito.
- d) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, ainda que explique sua relação com a causa ou a questão decidida.
- e) Uma decisão judicial não pode apresentar conceitos jurídicos indeterminados.

38. Para garantir a boa condução processual, o juiz goza de poderes, deveres e responsabilidades. Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil e deverá assegurar às partes igualdade de tratamento, velar pela duração razoável do processo e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias.
- b) O juiz poderá determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, exceto nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- c) O juiz poderá eximir-se de decidir quando a lei apresentar lacunas.
- d) O Código de Processo Civil permite que o juiz decida por equidade sempre que este modo se mostrar mais adequado ao caso concreto.
- e) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, a requerimento do Ministério Público, as penalidades da litigância de má-fé.

39. O litisconsórcio é a presença simultânea de duas ou mais pessoas ocupando o mesmo polo da relação jurídica processual, visando economia processual e harmonização dos julgados. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- b) O litisconsórcio poderá ocorrer quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
- c) Havendo afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito, é possível que duas ou mais pessoas litiguem no mesmo processo.
- d) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- e) O requerimento de limitação suspende o prazo para manifestação ou resposta, que continuará da intimação da decisão que o solucionar.

40. A contestação é a peça de defesa do réu, por meio da qual ele se contrapõe ao pedido inicial. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor. A especificação das provas será feita por petição apresentada antes da realização da audiência de instrução e julgamento.
- b) Se o réu não alegar a existência de convenção de arbitragem, o juiz a reconhecerá de ofício e extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- c) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- d) Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados até vinte por cento do valor da causa.

e) Ainda que apresente alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação deverá ser protocolada no foro da propositura da ação.

41. É fundamental que os sujeitos processuais estejam devidamente orientados temporalmente quanto ao início e término dos prazos para evitar que ocorra a preclusão temporal. Assinale a alternativa incorreta quanto ao dia do começo do prazo:

- a) Quando a citação ou intimação for pelo correio, considera-se a data de juntada aos autos do aviso de recebimento.
- b) Quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça, o dia de começo será o dia do cumprimento do mandado.
- c) Será considerado o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.
- d) Quando a citação ou a intimação for por edital, considera-se o dia de começo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz.
- e) Quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria; a data de ocorrência da citação ou da intimação.

42. Considerando o disposto no Código de Processo Civil e a Teoria Geral das Provas, assinale a alternativa correta:

- a) Caberá ao juiz, sempre a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- b) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, independente do contraditório, posto que a prova é oriunda de processo judicial.
- c) As partes não podem distribuir o ônus da prova, ficando restritas às disposições do Código de Processo Civil.
- d) Havendo convenção das partes sobre distribuição diversa do ônus da prova, esta deverá ser celebradas antes do processo para que seja válida.

e) Os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos no processo como incontroversos, independem de prova.

43. O Código de Processo Civil prevê que alguns sujeitos são incapazes, impedidas ou suspeitas de depor como testemunhas. Assinale a alternativa que apresenta apenas situações de impedimento:

- a) o interdito por enfermidade ou deficiência mental e o menor de 16 (dezesesseis anos).
- b) o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.
- c) o que é parte na causa e o que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outros que assistam ou tenham assistido as partes.
- d) o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo.
- e) aquele que tiver interesse no litígio.

44. A reclamação é um importante instrumento para preservar a competência dos tribunais e garantir a autoridade das decisões. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto que:

- a) A reclamação poderá ser proposta pela parte interessada, pelo Ministério Público ou de ofício pelo magistrado.
- b) A reclamação só poderá ser proposta perante os Tribunais Superiores.
- c) A reclamação será instruída com prova documental e dirigida ao juiz prolator da decisão reclamada.
- d) É inadmissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- e) Admite-se a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. No dia 10.02.2020, foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de latrocínio, ocorrido no dia 31.01.2020, em tese praticado por José. No dia 15.02.2020 foi decretada a prisão preventiva de José, tendo sido cumprido o mandado de prisão no dia 22.02.2020.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito policial deverá se encerrar em até 10 dias, a contar do dia 10.02.2020
- b) O inquérito policial deverá se encerrar em até 10 dias, a contar do dia 15.02.2020
- c) O inquérito policial deverá se encerrar em até 10 dias, a contar do dia 22.02.2020
- d) O inquérito policial deverá se encerrar em até 30 dias, a contar do dia 15.02.2020
- e) O inquérito policial deverá se encerrar em até 30 dias, a contar do dia 22.02.2020

46. Sobre o inquérito policial e a aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É direito do indiciado requerer diligências à autoridade policial, cabendo a esta decidir se irá deferir tais requerimentos ou não
- b) É direito do defensor ter acesso amplo a qualquer elemento de investigação constante nos autos do inquérito, inclusive diligências em curso, ainda que a ciência pela defesa seja prejudicial às investigações
- c) Não se admite arquivamento do inquérito policial pela autoridade policial, salvo em caso de atipicidade evidente
- d) O inquérito policial, nos crimes de ação penal pública incondicionada, só poderá ser instaurado de ofício pela autoridade policial
- e) Sobrevindo nova lei processual penal mais gravosa, essa não será aplicada aos processos em curso, aplicando-se apenas aos processos que se iniciarem após sua vigência, dado o princípio da irretroatividade

47. Em determinado processo criminal que tramita perante o TJRJ, o desembargador José já atuou no caso anteriormente, como juiz de primeira instância, sentenciando o réu; o desembargador Pedro, por sua vez, é credor do réu.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José está impedido de atuar, enquanto Pedro é considerado suspeito
- b) José e Pedro estão impedidos de atuar
- c) José é suspeito, e Pedro está impedido de atuar
- d) José e Pedro são suspeitos
- e) José está impedido de atuar, e Pedro não tem qualquer vedação legal à sua atuação

48. Em determinado processo criminal, José foi denunciado pelo MP por suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Segundo narra a denúncia, José teria subtraído a bolsa de Maria no momento em que esta estava distraída no ponto de ônibus. Durante a instrução processual, as testemunhas arroladas pela acusação foram uníssonas ao afirmar que José não apenas subtraíu a bolsa, mas ameaçou gravemente a vítima, dizendo que ela deveria passar a bolsa, senão morreria, o que configuraria, portanto, um crime de roubo (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que está presente no caso o instituto da:

- a) emendatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de roubo
- b) emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de roubo, por ter pena mais grave
- c) emendatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de roubo, desde que haja o aditamento da denúncia por parte do MP
- d) mutatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de roubo, desde que haja o aditamento da denúncia por parte do MP
- e) mutatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de roubo, ainda que não haja o aditamento da denúncia por parte do MP

49. Analise as assertivas a seguir:

- I – José foi denunciado pelo crime de lesão corporal grave (pena: reclusão de 01 a 05 anos), perante o Juízo criminal da comarca de Cabo Frio-RJ, e atualmente reside na cidade de Petrópolis/RJ.
- II – Pedro responde a processo pelo crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), que tramita perante o Juízo criminal da comarca da Capital-RJ, mas atualmente reside em Belo Horizonte-MG.
- III – Tiago responde a processo por crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), e se encontra em local desconhecido.
- IV – Jonas praticou crime de homicídio doloso simples (pena: reclusão de 06 a 20 anos), mas está se ocultando para não receber a citação.

Nesse caso, haverá modalidade de citação ficta apenas nos casos narrados em:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) III
- d) IV
- e) II, III e IV

50. José, 71 anos de idade, foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de contrabando (pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos). No curso do processo, o MP tomou conhecimento de que José pretendia fugir, já que havia comprado passagem só de ida para um país distante, sem tratado de extradição com o Brasil. Assim, o MP pugnou pela decretação da prisão preventiva de José.

Nesse caso, o magistrado:

- a) poderá decretar a prisão preventiva de José, para a garantia da ordem pública, podendo substituí-la por prisão domiciliar, em razão da idade do réu
- b) poderá decretar a prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal, podendo substituí-la por prisão domiciliar, em razão da idade do réu

- c) poderá decretar a prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal, não havendo possibilidade de substituição por prisão domiciliar pelo critério etário
- d) poderá decretar a prisão preventiva de José, para assegurar a aplicação da lei penal, podendo substituí-la por prisão domiciliar, em razão da idade do réu
- e) poderá decretar a prisão preventiva de José, para assegurar a aplicação da lei penal, não havendo possibilidade de substituição por prisão domiciliar pelo critério etário

51. O Tribunal do Júri tem competência para o processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, bem como dos crimes que a eles sejam conexos. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um crime da competência do Tribunal do Júri

- a) Latrocínio
- b) Homicídio doloso simples
- c) Homicídio doloso qualificado
- d) Infanticídio
- e) Aborto provocado pela própria gestante

52. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma decisão contra a qual é cabível a interposição do recurso em sentido estrito:

- a) Decisão de pronúncia, no rito do júri
- b) Decisão de rejeição da denúncia ou queixa, no rito ordinário
- c) Decisão que indefere o pedido de reconhecimento da extinção da punibilidade
- d) Decisão de recebimento da denúncia ou queixa
- e) Decisão de declínio de competência

LEGISLAÇÃO

53. Pedro precisa afirmar a existência de uma situação que constem no banco de dados da unidade judicial ou de um fato. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, Pedro expedirá um(a)

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

54. No tocante à Administração Interna, a movimentação e inserção de dados nos terminais de movimentação processual, dentre as equipes de processamento integrado das serventias, da equipe

- a) jurídica.
- b) de preparação administrativa.
- c) de digitação.
- d) normativa.
- e) processamento

55. Acerca do funcionamento da serventia, assinale a opção correta.

- a) As equipes de processamento serão auxiliadas por apoio logístico.
- b) A equipe de apoio logístico jamais poderá assumir tarefas próprias da equipe administrativa.
- c) Compete ao Juiz Serventia organizar, a seu critério, o rodízio de atendimento ao público e entre os integrantes das diversas equipes.
- d) Caberá ao Juiz de Serventia organizar as atribuições das equipes de acordo com os locais virtuais, em relação aos processos eletrônicos.
- e) As equipes de processamento serão auxiliadas por apoio material.

56. Os Juízos Cíveis manterão

- a) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 300 (trezentas) folhas, sendo vedado ultrapassar tal limite.
- b) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 300 (trezentas) folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato.
- c) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 (duzentas) folhas, sendo vedado ultrapassar tal limite.
- d) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 (duzentas) folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato.
- e) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 100 (cem) folhas.

57. Acerca do funcionamento dos Juízos Cíveis, considere

- I – Livro ponto
- II – Livro de protocolo
- III – Livro de sorteio de jurados
- IV – Livro de inquéritos
- V – Livro de vista de autos

Tais unidades manterão os seguintes livros:

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas II, III e IV
- c) Apenas III, IV e V
- d) Apenas I, II e V
- e) Todos os itens

58. Conforme expresso na Consolidação Normativa Judicial, será assegurada prioridade de atendimento nas dependências das serventias judiciais, às pessoas

- a) Pessoas com 60 anos, Gestantes, Pessoas com crianças de colo e Pessoas portadoras de necessidades especiais.
- b) Pessoas com mais 60 anos ou mais, Gestantes, Pessoas com crianças de colo e Pessoas portadoras de necessidades especiais.
- c) Pessoas com mais de 60 anos, Gestantes, Pessoas com crianças de colo, Pessoas portadoras de necessidades especiais e servidores do Poder Judiciário
- d) Pessoas com mais de 60 anos, Gestantes acima de 6 meses, Pessoas com crianças de colo e Pessoas portadoras de necessidades especiais.
- e) Pessoas com mais de 75 anos, Gestantes, Mulheres com crianças de colo e Pessoas portadoras de necessidades especiais.

59. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Execução de Título Judicial e o Mandado de Injunção, serão autuados pelas seguintes cores de capa

- a) Branca e Azul
- b) Rosa e Cinza
- c) Branca e Verde
- d) Palha e Cinza
- e) Rosa e Palha

60. Acerca da escrituração dos Autos, assinale a opção correta.

- a) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, sem rasura, no alto, à esquerda de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia.
- b) Quando, em razão de erro ou omissão, for necessário emendar a numeração, inutilizar-se-á o lançamento errado, renumerando-se os autos na forma deste artigo, e certificando-se.

c) O desentranhamento de peças dos autos induz renumeração, bastando certificar-se o fato em folha inserida no lugar da que se desentranhou, mantendo a mesma numeração.

d) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão trezentas folhas em cada volume, observando-se o seguinte:

e) A denúncia acompanhada de inquérito ou outro procedimento constituirá a folha número 02, complementada pela letra i, de forma a preservar a sequência numérica dos autos que a instruem.

Preencha o Gabarito!

bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-05-04

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE